

2013

Relatório de autoavaliação do desempenho

acrescentar Valor à gestão pública



i n o v a ç ã o
i n t e g r i d a d e
f i a b i l i d a d e

Índice

1.	Apresentação.....	5
a.	Instituição.....	5
b.	Sinopse dos principais resultados de 2013	7
c.	Reforço da atividade em áreas relevantes.....	10
(1)	Distribuição do esforço de controlo por áreas relevantes.....	10
(2)	Ações que envolveram mais recursos de inspeção no ano de 2013.....	11
d.	Participação dos dirigentes e trabalhadores na elaboração da autoavaliação da IGF ...	12
2.	QUAR2013: Resultados Obtidos.....	14
a.	Grau de cumprimento dos objetivos operacionais.....	15
b.	Comparação com o ano anterior	16
c.	Comentários aos resultados do desempenho - 2013	16
(1)	Eficácia.....	17
(2)	Eficiência.....	18
(3)	Qualidade	18
d.	Análise agregada de resultados	19
e.	Comparação com o desempenho de serviços idênticos.....	20
3.	Condicionantes à execução do QUAR previsto	21
a.	Grau de cobertura de controlo	21
b.	Reajustamento da atividade por solicitação do Governo	22
c.	Outras causas	23
4.	Evolução e Controlo de Recursos	29
a.	Evolução nos Recursos humanos	29
b.	Evolução nos Recursos Financeiros.....	31
c.	Sistema de avaliação do desempenho operacional (SIAD)	33
5.	Apreciação da quantidade e qualidade pelos utilizadores.....	35
a.	Portugal é um dos Estados «com Melhor Reputação na Execução e Controle dos Fundos Europeus»	35

b. Gabinete do Ministro do Adjunto e do Desenvolvimento Regional	36
c. Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional	37
d. Secretário de Estado da Saúde.....	38
e. Ministério da Administração Interna	39
f. Comissão Europeia	40
g. Fundação para as Comunicações Móveis	41
h. Direção-Geral do Consumidor.....	42
i. Município da Marinha Grande	43

1. Apresentação

O presente documento constitui a autoavaliação do desempenho da IGF do ano de 2013 e é elaborado em cumprimento do art. 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28/dez e dos objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

A autoavaliação é elaborada com base nos resultados, encontrando-se estes suportados em sistemas de informação destinados a assegurar um bom controlo interno, já existentes na IGF e posteriormente ajustados de modo a responder às necessidades de apoio ao SIADAP 1, 2 e 3.

a. Instituição

Durante o ano de 2013 a orgânica da IGF consta do Decreto-Lei n.º 96/2012, de 23/abr, no qual, além de terem sido mantidas as competências que já detinha, foi alargada a intervenção da IGF, mercê da integração da extinta IGAL.

Assim, a IGF mantém-se como serviço de controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, atividades e programas, além de prestar apoio técnico especializado.

O âmbito subjetivo da sua atuação, sendo já transversal a toda a Administração Pública, vem sendo reforçado nos últimos anos, podendo sintetizar-se nos seguintes grupos de entidades abrangidas pelo espectro de atuação da IGF:

- *Todas as entidades do setor público administrativo, incluindo autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquica*
- *Setor empresarial do Estado e Local*
- *Setor privado e cooperativo, quando sujeitos de relações financeiras ou tributárias com o Estado ou com a União Europeia ou quando se mostre indispensável ao controlo indireto de quaisquer entidades abrangidas pela sua ação.*

No ano de 2013 assistiu-se a um aumento de competências e inerentes funções atribuídas a esta inspeção-geral. Dos instrumentos legais que, em 2013, alargaram as funções da IGF destacamos os seguintes:

- DL n.º 133/2013, de 3/out (novo regime jurídico do setor público empresarial): As empresas públicas estão submetidas ao controlo financeiro da IGF, que intervém igualmente nas entidades do setor empresarial local;
- Lei n.º 75/2013, de 12/set: regime jurídico das autarquias locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais;

- Lei n.º 73/2013, de 3/set: Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
- Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2/set (Lei das Finanças das Regiões Autónomas): A execução do plano de ajustamento económico e financeiro é acompanhada pela IGF, estando a região autónoma sujeita à realização de auditorias extraordinárias a realizar por esta entidade;
- Lei n.º 64/2013, de 27/ago: regula a obrigatoriedade de publicitação das subvenções e benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares;
- Portaria n.º 271/2013, de 20/ago: regime jurídico do financiamento público das ações elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu para os Refugiados - Fundo, criado pela Dec n.º 573/2007/CE, de 23/mai;
- Portaria n.º 270/2013, de 20/ago: regime jurídico do financiamento público das ações elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - Fundo, criado pela Dec n.º 2007/435/CE, de 25/jun;
- Portaria n.º 269/2013, de 20/ago: regime jurídico do financiamento público das ações elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo para as Fronteiras Externas - Fundo, criado pela Dec n.º 574/2007/CE;
- Portaria n.º 268/2013, de 20/ago: regime jurídico do financiamento público das ações elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu de Regresso - Fundo, criado pela Dec n.º 575/2007/CE, de 23/mai;
- DL n.º 117/2013, de 13/ago: regime jurídico de atribuição do subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre Bragança-Lisboa, Lisboa-Bragança, Vila Real-Lisboa e Lisboa-Vila Real;
- RAR n.º 85/2013, de 25/jun: recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ser de acesso público;
- RCM n.º 39/2013, de 14/jun: novo modelo institucional de governação dos fundos europeus;
- Desp n.º 7067-A/2013, de 30/mai: condições da garantia pessoal do Estado a conceder ao refinanciamento da dívida comercial da Madeira;
- Lei n.º 33/2013, de 16/mai: regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, sua delimitação e características; regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo;
- Portaria n.º 125/2013, de 28/mar: termos e tramitação do parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do artigo 14.º do OE para 2013 para a realização de transferências para fundações por parte das entidades públicas;

- RCM n.º 13-A/2013, de 8/mar: decisões finais relativas ao processo de censo às fundações e procedimentos necessários à concretização das decisões de extinção, redução ou cessação de apoios financeiros públicos;
- Portaria n.º 16/2013, de 17/jan: termos e tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública; revogação da Portaria n.º 9/2012, de 10 de janeiro;

Em síntese, as atribuições e competências legalmente atribuídas à IGF reconduzem-se a 7 principais Funções:

Controlo Financeiro Estratégico
Autoridade de Auditoria
Apoio Técnico Especializado
Supervisão
Certificação dos Fundos FEAGA e FEADER
Avaliação de Entidades, Serviços e Programas Públicos
Cooperação Internacional

No exercício dessas funções, a IGF mantém:

Visão – acrescentar valor à gestão pública.
Valores - inovação, integridade e fiabilidade.
Modelo de gestão - Misto¹, hierarquizado para a estrutura administrativa (suporte à missão) e matricial para as áreas de missão.

b. Sinopse dos principais resultados de 2013

Os resultados da atuação da IGF em 2013 enquadram-se numa conjuntura que não difere significativamente da de 2012. Com efeito, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, em particular a necessidade de consolidação orçamental em situação de emergência financeira, continuaram a influenciar a reorientação desta inspeção-geral para a execução prioritária de pedidos determinados por vários membros do Governo.

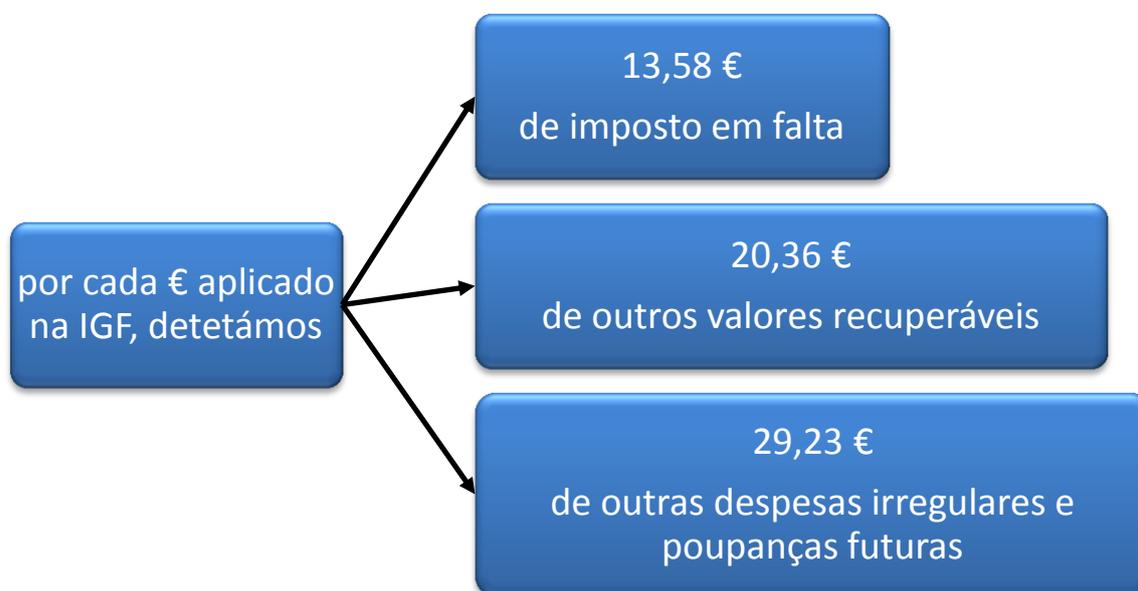
Tal como em 2012, o ano de 2013 foi marcado pela constante preocupação da IGF na condução de ações que privilegiassem a obtenção de resultados com efeitos e impactos orçamentais e que concorressem para a efetividade das medidas de consolidação das finanças públicas.

¹ Portaria n.º 174/2012, de 29 de maio.

Tal preocupação encontra-se indexada na meta do indicador 1 - cobertura do controlo financeiro - correspondente ao universo controlado em milhões de euros por referência a determinada percentagem da despesa corrente primária, que em 2013 foi estimada em M€ 67.561,7, conforme Relatório do Orçamento de Estado² e na meta do indicador 4 - índice de resultado do valor para o cliente, que representa a mensuração do valor financeiro, do conhecimento gerado e das soluções apresentados à tutela, destinatários primários dos outputs e delivery da IGF.

A eficácia dos produtos da IGF é aferida quer na ótica de compromisso QUAR, quer da utilidade potencial dos recursos públicos gastos com esta Inspeção-Geral.

Assim, em termos de efeitos financeiros gerados, por cada €1 gasto com a IGF foram detetados por esta inspeção-geral €13,58 de imposto em falta, €20,36 de outros valores recuperáveis e ainda €29,23 de despesa irregular ou com potencial de poupança de recursos públicos.



² Relatório do Orçamento do Estado para 2013, Fls. 91.

No quadro das medidas do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, do MoU e do Orçamento do Estado de 2013, de entre as 256 ações realizadas no âmbito do QUAR, centradas no controlo sobre a execução de medidas que viabilizem e potenciem a contenção da despesa pública, a minimização de riscos orçamentais e o sucesso da consolidação orçamental, salientamos alguns dos “macro” efeitos financeiros da atividade da IGF alcançados em 2013:

Uma análise comparativa, permite-nos comprovar os impactos da atividade da IGF em diversos domínios, nos anos de 2012 e 2013:

Impactos quantitativos da atividade da IGF

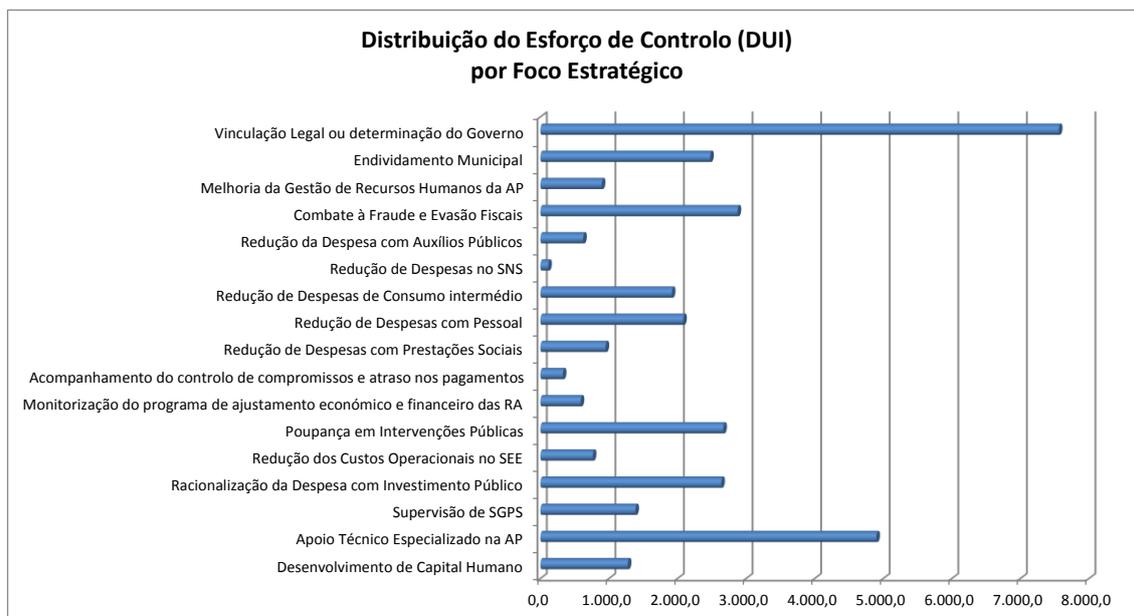
Execução Orçamental da IGF (Milhões €)	2012	2013
1. Execução do Orçamento de Funcionamento	8,44	10,45
2. Execução do Orçamento de Investimento	0,26	0,22
Impactos Quantitativos da Atividade (Milhões €) (a)		
1. Imposto em falta	13,64	135,08
1a. Imposto por correções à matéria coletável (10%) (a)	44,46	6,61
2. Coimas	0,06	0,18
3. Despesas irregulares com pessoal (suscetíveis de recuperação)	1,77	26,95
4. Outras despesas irregulares (suscetíveis de recuperação)	6,36	0,17
5. Comparticipações financeiras irregulares	6,52	27,62
6. Impacto financeiro do controlo em Fundos da UE	81,81	88,35
7. Redução de encargos em obrigações de serviço público	5,94	0,00
8. Participação de infrações financeiras e criminais	53,79	64,75
10. Regularização e recuperação de dívidas	0,00	0,00
11. Não cobrança de receitas devidas	50,05	4,85
Outros Resultados Quantitativos da Atividade (Milhões €)		
1. Poupanças futuras e outras	26,81	25,24
2. Outras despesas irregulares (não recuperáveis)	13,21	233,96
3. Valores em incumprimento da Unidade de Tesouraria	2,50	0,32
4. Não relevação contabilística de valores	483,56	45,91
Relação Resultados / Recursos Financeiros (na Atividade da IGF)		
1. Imposto em falta e coimas / Execução Orçamental da IGF	6,89	13,58
2. Outros valores recuperáveis / Execução Orçamental da IGF	24,44	20,36
3. Despesa irregular e poupanças/Exec Orçamental da IGF	62,34	29,23
4. Resultado / Execução Orçamental da IGF	93,67	63,17

c. Reforço da atividade em áreas relevantes

O reforço da atividade em áreas relevantes de entre os vários domínios de intervenção da IGF, pode ser observado pela distribuição global do esforço de controlo e pela capacidade afeta às ações que envolveram mais recursos de inspeção no ano de 2013 como se mostra a seguir.

(1) Distribuição do esforço de controlo por áreas relevantes

A afetação do pessoal inspetivo aos diversos domínios de intervenção medida em Dias Úteis Inspetor (DUI) foi a seguinte:



Tendo subjacente outra perspetiva de análise, a cultura organizacional da IGF, construída ao longo de 83 anos de existência, encontra-se muito enraizada em métodos e procedimentos específicos que associam o “saber ser ao saber fazer” dos inspetores e dirigentes.

A qualificação e competência requerida para o desempenho da missão da IGF, controlo estratégico e avaliação da Administração Financeira do Estado, exige que os seus outputs espelhem as representações de eficácia, eficiência e qualidade que caracterizam a produção desta Inspeção-Geral.

(2) Ações que envolveram mais recursos de inspeção no ano de 2013

Destacamos as seguintes ações que envolveram mais recursos de inspeção:

- Acompanhamento do acordo entre o Ministério da Saúde e a APIFARMA com vista à redução de despesa- Despacho SEO de 6 maio
- Acompanhamento e validações do Empréstimo à RAM de 1100 M€
- ADP - Águas de Portugal, SGPS,SA - Auditoria no âmbito do artº 62º da LEO
- Auditoria à dívida tributária em execução fiscal
- Auditoria à Fundação Alter Real
- Auditoria à intervenção da AT na deteção e penalização do incumprimento tributário
- Auditoria à utilização pela AT da informação do "VIES" respeitante a aquisições intracomunitárias
- Auditoria ao desempenho dos serviços da AT no domínio da prescrição das dívidas em execução fiscal
- Auditoria ao Hospital do Litoral Alentejano, EPE
- Auditoria ao Município de Oeiras
- Auditoria ao Município de Torres Novas
- Auditoria ao Município de Vila Nova de Gaia - Despesas com pessoal
- Auditoria ao novo sistema do IVA implementado em 2012
- Auditoria ao projeto (SIMASU) Monitorização e análise dos serviços de urgência
- Auditoria ao sistema de controlo das atividades de arrendamento de espaços - grandes parques eólicos
- Auditoria ao sistema de cadastro único
- Auditoria ao sistema de controlo dos preços de transferência
- Auditoria ao Sistema de Controlo tributário das Empresas de Vendas por Catálogo
- Auditoria ao sistema de controlo tributário no âmbito do RETGS
- Auditoria ao Sistema de Informação Contabilístico do CHLNorte (Circuito do Medicamento)
- Auditoria aos incentivos fiscais ao investimento e ao desenvolvimento empresarial- SIFIDE
- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POFC - FEDER
- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POPH - FSE
- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POVT - FEDER
- Auditoria às despesas com o pessoal - Instituto de Turismo de Portugal
- Auditoria às medidas de redução despesa em subsistemas de saúde públicos - ADSE
- Auditoria de desempenho à Alfândega do Aeroporto do Porto
- Auditoria informática aos sistemas de informação das custas judiciais
- Auditoria para certificação das contas do IFAP - exercício financeiro de 2012
- Auditoria para certificação dos Fundos de Solidariedade (exercício financeiro de 2009)

- Avaliação do Programa PARES - Sustentabilidade e Equidade
- EDIA - Auditoria financeira
- FCC 2012 - FERTAGUS - Auditoria ao cumprimento das cláusulas financeiras (exerc. 2011)
- FCC 2013 - BRISA - Fiscalização do contrato de concessão
- Grandes Projetos Públicos - PE - Parque Escolar, SA
- Grupo SIMAB - Auditoria financeira numa ótica de grupo económico
- Inspeção ao Município de São Pedro do Sul
- Programa anual de auditorias 2011-Secretaria-Geral do MNE
- Programa anual de auditorias 2012-Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Div em atraso)
- Programa anual de auditorias de 2011 - Autoridade da Segurança Alimentar e Económica
- Programa anual de auditorias de 2013-Instituto do Emprego e da Formação Profissional
- Programa anual de auditorias para 2013 - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP
- Programa de Alargamento da Rede Nacional de Equipamentos Sociais (PARES) – Pertinência e Coerência
- SEE - Remunerações e outros abonos - Desp. Nº 641/12-SETF
- Supervisão da atividade de controlo sobre operações do QREN - FEDER / Fundo de Coesão
- Supervisão e sistemas de informação das SGPS-SGII

d. Participação dos dirigentes e trabalhadores na elaboração da autoavaliação da IGF

A elaboração da autoavaliação da IGF é parte integrante do processo de elaboração do Relatório de Atividades da IGF que é amplamente participado ao longo das seguintes etapas:

- Reunião inicial de dirigentes, onde são transmitidas pela Direção Superior, as orientações com base nos resultados de execução da atividade;
- Construção do relatório de atividades a partir da informação obtida nos diversos sistemas de informação de suporte ao controlo da atividade, validada pela Direção Intermédia;
- Reunião da Direção Superior para avaliação de conteúdos nos diversos componentes do Relatório de Atividades;
- Elaboração da Autoavaliação da IGF com base na versão final dos restantes documentos que sustentam o Relatório de Atividades.

Deste modo, a construção do documento de autoavaliação da IGF assenta num processo iterativo levado a cabo pela Direção Intermédia e Direção Superior com base nos dados residentes nos sistemas de suporte à gestão da atividade.

2. QUAR2013: Resultados Obtidos

A IGF tem como objetivos:

Estratégicos

Eficácia: Criar valor para o cliente contribuindo para a economia, eficiência e eficácia na obtenção das receitas e na realização das despesas públicas

Eficiência: Aumentar a produtividade através da otimização e valorização de recursos humanos

Qualidade: Apostar na qualidade dos produtos da IGF

Operacionais

Eficácia: Aumentar o esforço de controlo (1) e Criar valor para o cliente (2)

Eficiência: Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo (3)

Qualidade: Alcançar uma qualidade média de referência (4)

a. Grau de cumprimento dos objetivos operacionais

A IGF concretizou todos os objetivos de eficácia, eficiência e qualidade a que se propôs junto do Ministro de Estado e das Finanças, como se pode observar no quadro seguinte:

Medição Total do QUAR 118,54%							
EFICÁCIA (Ponderação 55%)							119,40%
<i>O1. Aumentar o esforço do controlo (70%)</i>							<i>105,17%</i>
Indicadores	Resultado em 31-12-2012	Meta para 2013	Resultado em 31-12-2013	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Valor Crítico)
Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em milhões de euros)	9,03%	7,50% - 9,50%	9,51%	11,875%	50%	111,86%	80,07%
Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))	9,64%	5,50% - 7,50%	6,64%	9,375%	25%	102,12%	70,81%
Ind 3. Número de ações de controlo e avaliação realizadas	234	255 - 285	256	356	25%	94,81%	71,91%
<i>O2. Criar valor para o cliente (30%)</i>							<i>152,61%</i>
Ind 4. Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)]	1480,4	950 - 1200	1544	1500	100%	143,63%	102,93%
EFICIÊNCIA (Ponderação 25%)							120,00%
<i>O3. Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo e avaliação (100%)</i>							<i>120,00%</i>
Indicadores		Meta para 2013	Resultado em 31-12-2013	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Valor Crítico)
Ind 5. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor	1,33	1,0 - 1,4	1,44	1,75	100%	120,00%	82,29%
QUALIDADE (Ponderação 20%)							114,33%
<i>O4. Alcançar uma qualidade de referência (100%)</i>							<i>114,33%</i>
Indicadores	Resultado em 31-12-2012	Meta para 2013	Resultado em 31-12-2013	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Valor Crítico)
Ind 6. Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	7,59	7,51 - 7,59	7,62	9,12	50%	100,93%	83,55%
Ind 7. Número de horas de qualificação e formação asseguradas	10437	6300 - 7100	7920,5	8875	50%	118,22%	89,25%

Em **31 dez 2013**, observamos a **superação das metas** definidas em todos os indicadores com exceção do número 3 (número de ações de controlo e avaliação realizadas).

b. Comparação com o ano anterior

Indicadores	Tipo	Resultado em 2012	Compromisso para 2013	Resultados em 2013	Varição 2013 / 2012
Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em milhões de euros)	Eficácia	9,03%	7,50% - 9,50%	9,51%	0,48%
Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))		9,64%	5,50% - 7,50%	6,64%	-3,00%
Ind 3. Número de ações de controlo e avaliação realizadas		234	255 - 285	256	22
Ind 4. Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)]		1480,4	950 - 1200	1544	63,6
Ind 5. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor	Eficiência	1,33	1,0 - 1,4	1,44	0,11
Ind 6. Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	Qualidade	7,59	7,51 - 7,59	7,62	0,03
Ind 7. Número de horas de qualificação e formação asseguradas		10437	6300 - 7100	7920,5	-2516,5

A análise do quadro comparativo de indicadores é apresentada na alínea seguinte, organizada por natureza dos indicadores.

c. Comentários aos resultados do desempenho - 2013

Comentam-se a seguir os resultados do desempenho de 2013 com a situação de cada objetivo no final do ano, a proximidade do nível crítico de cada indicador e a comparação com o ano anterior.

(1) Eficácia

Quanto ao *indicador 1 - Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em M€)*, o intervalo de meta estimado, apesar de extremamente ambicioso, atento o seu referencial de análise - despesa corrente primária, M€ 67.561,7, conforme Relatório do Orçamento de Estado³, foi superado em 11,86% por relação ao ponto médio do intervalo da meta, representando o exercício do controlo estratégico da administração financeira do Estado um impacto financeiro de cerca de **M€ 6.432,47**.

Este resultado, tendo um nível crítico em superação de 11,875, deriva, sobretudo, da eficácia das ações desenvolvidas, reflexo das orientações operacionais seguidas no sentido do seu reforço, sem que seja possível estimar à partida nem o número nem o impacto do valor financeiro das correções/irregularidades que se venham a detetar, mas em que a análise de risco e a seletividade das ações com enfoque nos resultados constituem a aposta estratégica no plano das ações a desenvolver pela IGF.

Note-se que, relativamente ao ano anterior, este indicador teve uma evolução positiva de 0,48%, apesar do ciclo económico difícil subjacente e das fortes restrições orçamentais conhecidas.

Relativamente ao *indicador 2 - Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))* – o correspondente objetivo foi cumprido com + 6,64%, situando-se ligeiramente acima do ponto médio do intervalo de compromisso para o ano e ajustando-se abaixo do nível crítico previsto de 9,375.

A variação negativa de -3% verificada, relativamente ao ano anterior, justifica-se por uma menor carga de intervenção nesta área, tendo em conta as prioridades a eleger face aos recursos da IGF disponíveis.

No que concerne ao *indicador 3 – Número de ações de controlo e avaliação realizadas*, o respetivo objetivo foi cumprido com 256 ações de controlo e avaliação realizadas, situando-se ligeiramente acima do mínimo do intervalo de compromisso para o ano (255 ações), mas abaixo do nível crítico previsto de 356 ações.

Comparativamente com o ano anterior, apresenta uma variação positiva de + 22 ações, que se justifica pela realização de algumas intervenções de duração mais curta e por ganhos de eficiência do desempenho do corpo inspetivo.

³ Relatório do Orçamento do Estado para 2013, Fls, 91.

Relativamente ao *indicador 4 – Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)]*, cujo objetivo tinha uma meta prevista no intervalo de 950 a 1200 pontos, foram alcançados 1 544 pontos, sendo assim o objetivo superado, bem como ultrapassado o nível crítico estimado de 1500 pontos (+ 3%).

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um incremento de 63,6 pontos, que se justifica, sobretudo, pelos elevados resultados financeiros alcançados e pelo elevado valor acrescentado das ações, em termos de medidas propostas e de conhecimento gerado para as entidades auditadas e para o cliente (Ministro das Finanças).

(2) Eficiência

Relativamente ao *indicador 5 – Número de produtos de controlo/Unidade Equivalente Inspetor, verifica-se que o respetivo objetivo foi superado*. Este indicador significa que foram, em média, concluídos no ano (remetidos pela IGF para despacho) 1,44 produtos de controlo/avaliação por inspetor, aferido pela unidade de medida de 210 dias úteis/inspetor, superando-se a meta estabelecida no intervalo entre 1,0 e 1,4 produtos/inspetor.

Note-se que estes produtos de controlo e avaliação não incluem as simples verificações pontuais de muito curta duração e os processos de contraordenação instaurados às SGPS e que constituem uma fatia significativa da intervenção da IGF. Não se incluem também os produtos resultantes do apoio técnico e instrumentais à missão.

Para este objetivo foi estimado um nível crítico de 1,75, situando-se, portanto, o resultado alcançado bastante abaixo.

Relativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 0,11, que se justifica pelo menor número de ações de avaliação realizadas em detrimento das auditorias (ações estas com duração inferior àquelas) e ao menor número de ações de apoio técnico realizadas, o que contribuiu para a canalização dos recursos disponíveis para um maior número de ações de auditoria.

(3) Qualidade

Relativamente ao *indicador 6 – Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos* – a meta estabelecida no intervalo de 7,51 a 7,59 foi superada, com um resultado alcançado médio de 7,62 pontos, obtido através do sistema de aferição da qualidade adotado na IGF com uma escala de 0 a 10 pontos, e supervisionado pelo Comité de Qualidade da IGF.

Este resultado de 7,62 pontos, com um nível crítico de superação de 9,12, situa-se dentro dos parâmetros de alta exigência da qualidade dos produtos da IGF colocado pelo Comité de Qualidade na sua análise e sancionado pela Direção Superior da IGF.

Relativamente ao ano anterior, apresenta uma variação positiva de 0,03, o que evidencia a manutenção e estabilidade dos elevados padrões de qualidade exigidos pela IGF, bem como a sua gradual mas exigente progressiva melhoria.

Quanto ao *indicador 7 – Número de horas de qualificação e formação asseguradas*, a meta do respetivo objetivo foi superada, com um resultado de 7920,5 horas de formação, situando-se bastante abaixo do nível crítico estimado de superação de 8875 horas.

Assim, foram executadas 309 participações em ações de formação, o que equivale em média a cerca de 8 ações, com cerca de 25 horas, por cada trabalhador envolvido (sem incluir autoformação), sendo certo que por razões que se prendem com a necessária redução de custos e com o aproveitamento do know-how dos inspetores da IGF, a parte da formação externa foi residual.

Relativamente ao ano anterior, apresenta uma variação negativa de 2516,5 horas, o que encontra justificação na contenção orçamental conhecida, tendo sido uma exceção a situação ocorrida em 2012, com a integração dos inspetores da ex-IGAL, que exigiu um esforço suplementar da sua formação no âmbito das normas e metodologias de controlo da IGF.

d. Análise agregada de resultados

O resultado global do Quar2013 e dos respetivos objetivos operacionais foi positivo como se observa no quadro seguinte:

RESULTADO GLOBAL DO QUAR2013

Medição total do QUAR	118,54%
EFICÁCIA (Ponderação 55%)	119,40%
O1. Aumentar o esforço do controlo (70%)	105,17%
O2. Criar valor para o cliente (30%)	152,61%
EFICIÊNCIA (Ponderação 25%)	120,00%
O3. Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo e avaliação (100%)	120,00%
QUALIDADE (Ponderação 20%)	114,33%
O4. Alcançar uma qualidade de referência (100%)	114,33%

Da aplicação das ponderações resulta a medição global da realização prevista no QUAR, apresenta o resultado de 118,54%.

A autoavaliação do desempenho demonstra um bom desempenho, com a superação de todos os três objetivos operacionais, com maior expressão relativa dos mais relevantes, os quais foram concebidos e aprovados numa base incremental e com um rigoroso grau de ambição das metas face ao histórico.

Bom desempenho sustentado também por uma evolução positiva e significativa nos resultados dos indicadores do QUAR com histórico em comparação com os resultados alcançados entre 2008 e 2013, como se observa no quadro evolutivo dos indicadores.

Observamos resultados históricos consistentes com o desempenho que tem vindo a ser demonstrado e com realizações incrementais obtidas através de ganhos de eficácia e qualidade.

Em 2013, à semelhança do verificado em anos anteriores, *as realizações da IGF são superiores às refletidas em termos de eficácia do QUAR*, o qual, com base em critérios objetivos e previamente definidos, não contempla toda a produção desenvolvida no domínio de Apoio Técnico Especializado à Tutela ou ações com consumo de DUIS com fraca expressão no contexto de ações de controlo, que representam um total de 428 ações.

e. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

A especificidade das atribuições da IGF não permite a comparabilidade plena com outras entidades, tanto no plano nacional como internacional, que possam constituir padrão de comparação.

Em termos de benchmarking organizacional com a Direção-Geral do Tribunal de Contas, única entidade comparável com as tipologias e métodos de trabalho e horizontalidade estratégica de ação, constatamos por referência a 2012, que o Tribunal realizou 154 relatórios de auditoria e de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva. A IGF realizou 256 auditorias de natureza diversa sem incluir as simples verificações pontuais de muito curta duração e os processos de contraordenação instaurados às SGPS e que constituem uma fatia significativa da intervenção da IGF.

3. Condicionantes à execução do QUAR previsto

A avaliação de desempenho da IGF deve ter em conta alguns condicionantes de natureza orgânica e de contexto, que embora tenham sido resolvidos tiveram efeitos nos resultados obtidos, nomeadamente, os constrangimentos associados ao grau de cobertura de controlo, o reajustamento da atividade prevista no plano face a solicitações dos membros do Governo ao longo do ano e outras causas de desvio ao plano de atividades.

a. Grau de cobertura de controlo

Da análise da evolução dos resultados da atividade da IGF, nos últimos seis anos, evidenciados no quadro seguinte, verifica-se uma consistência generalizada dos mesmos, fruto dos elevados padrões de qualidade e experiência do seu corpo inspetivo. Contudo, o grau de cobertura de controlo financeiro deve ainda ser incrementado de modo a assegurar a cobertura adequada do universo controlável. A IGF tem superado esta condicionante através da utilização de metodologias de análise de risco que lhe permitem fazer incidir os seus recursos em áreas selecionadas, mas que importa aprofundar em termos da observância do princípio da suficiência de controlo em todas as áreas de risco a nível nacional.

Tipo	Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eficácia	Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em milhões de euros)	n.a.	5%	11,76%	8,87%	9,03%	9,51%
	Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))	n.a.	22,7%	13,49%	9,42%	9,64%	6,64%
	Ind 3. Número de ações de controlo e avaliação realizadas	239	241	275	243	234	256
	Ind 4. Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)] em pontos	1195,24	1275,8	1902,8	1037	1480,4	1544
Eficiência	Ind 5. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor	1,58	1,48	1,82	1,67	1,33	1,44
Qualidade	Ind 6. Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	6,93	7,45	7,59	7,58	7,59	7,62
	Ind 7. Número de horas de qualificação e formação asseguradas	n.a.	n.a.	n.a.	8883	10437	7920,5

Tal como referimos supra, nos termos do art.º 2.º da LO, aprovada pelo DL 96/2012, de 23/abr, a IGF tem por missão assegurar o controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, atividades e programas, e também a de prestar apoio técnico especializado, abrangendo todas as entidades do setor público administrativo, incluindo autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquica, e empresarial, bem como dos setores privado e cooperativo, neste caso quando sejam sujeitos de relações financeiras ou tributárias com o Estado ou com a União Europeia ou quando se mostre indispensável ao controlo indireto de quaisquer entidades abrangidas pela sua ação.

Para o prosseguimento deste quadro abrangente, complexo e de elevada responsabilidade, as atribuições cometidas à IGF requerem um conjunto de meios humanos (inspetores/auditores) com perfil exigente, experientes e de grande conhecimento técnico-profissional, bem como meios de suporte e financeiros adequados.

Do mesmo modo, os atrasos na obtenção da informação essencial à execução das ações constitui um dos constrangimentos que se repercute no grau de cumprimento dos calendários das ações.

Os últimos anos caracterizaram-se por um alargamento do quadro das atribuições da IGF, pela integração de dois Serviços de Inspeção (Inspeção-Geral da Administração Pública e Inspeção-Geral da Administração Local) e pela saída, em grande número, de inspetores e de dirigentes altamente qualificados e experientes, não compensada pela reposição de recursos. Os meios humanos constituem um fator crítico para assegurar a sustentabilidade da intervenção da IGF e a própria abrangência nacional que o exercício das suas atribuições exige.

Neste contexto, são de destacar os seguintes constrangimentos concretos:

- Saída da organização, em termos líquidos, de 35 pessoas no ano de 2013, que representam uma diminuição de 16,4% dos recursos, sendo 13,4% inspetores;
- Dificuldade na reposição de recursos humanos, no imediato, dada a singularidade das funções que exigem maturidade e experiência.

b. Reajustamento da atividade por solicitação do Governo

Considerando que normalmente a IGF executa um grande número de ações solicitadas pelo Governo, não inicialmente previstas no seu plano de atividades, inevitavelmente surgem ao longo do ano desvios entre a atividade operacional planeada e a executada.

De entre essas ações com impacto na execução do plano de atividades da IGF, destacamos as seguintes:

- A monitorização e acompanhamento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira (PAEF – RAM). As ações relativas a este projeto contemplam o acompanhamento da execução orçamental e do cumprimento da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), incluindo a evolução mensal dos passivos, contas a pagar e pagamentos em atraso; o acompanhamento trimestral das medidas do PAEF-RAM; o acompanhamento da evolução da dívida comercial; e o acompanhamento e validação dos pagamentos decorrentes da utilização de um empréstimo de M€ 1.100 com garantia do Estado;
- Auditoria à Fundação para as Comunicações Móveis - Programa E.Escola;
- Análise e emissão de pareceres sobre as contas do Sistema de Indemnização aos Investidores, do Fundo de Garantia Depósitos, do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, do Fundo de Resolução e do Fundo de Contragarantia Mútuo;
- Auditoria completa às contas da Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, abrangendo os exercícios de 2010, 2011 e 2012;
- Análise específica das reservas constantes na Certificação Legal das Contas de 2012 da Administração do Porto de Lisboa, SA, bem como das matérias com elas relacionadas, tendo em vista habilitar o Estado, na qualidade de acionista da empresa, a tomar uma posição sobre os respetivos documentos de prestação de contas;
- Emissão de parecer sobre o acordo a firmar entre a Metro do Porto, SA e o Consórcio Bombardier Transportation, SA / Vossloh Kiepe, GMBH (BVK), relativo a litígio decorrente de contrato para o fornecimento e manutenção de material circulante;
- Análise e parecer sobre os projetos de Plano e Orçamento para 2014 da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP, E.P.E.) e da sua participada AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A. (AICEP Global Parques);
- Análise dos Relatórios Trimestrais da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos;

c. Outras causas

Às incumbências extraplano de atividades referidas no ponto anterior e que concorrem para os desvios do planificado para 2013, crescem todas as participações, exposições e denúncias dos cidadãos, cuja complexidade e dimensão assumem uma aleatoriedade crescente na execução do plano da IGF, sendo difícil de estimar em números absolutos no momento de elaboração do plano.

Estas solicitações implicam um reajustamento permanente dos RH face às tarefas e atividades previstas executar e àquelas cujo risco, entretanto identificado, importa oportunamente acompanhar e controlar, prejudicando, necessariamente a desejável calendarização e concretização das ações previstas executar no plano de atividades.

Importa sublinhar que este é um circunstancialismo que não se verifica apenas em 2013, sendo uma constante ao longo dos anos e ao qual a IGF não pode deixar de se ajustar e de dar resposta.

Acrescem às circunstâncias referidas, os condicionalismos de planeamento inerentes ao facto de ser elevada a rotatividade de inspetores durante o exercício de 2013. Esse também não é um facto novo. É constante o elevado número de inspetores da IGF (superior a 70) que se encontram em exercício de cargos de alta direção noutros serviços/organismos da Administração Pública ou organismos Internacionais. Também é relevante a rotatividade desses inspetores envolvendo um número significativo de inspetores que regressam desses cargos para a IGF ou que desta se deslocam para o seu exercício nos diferentes serviços e organismos.

Essa taxa de rotatividade (inspetores entrados/saídos), em 2012 e 2013, foi particularmente significativa. Tal circunstância obriga a um constante reajuste do planeamento da IGF. Para minimizar o impacto, o plano de atividades é concebido para tendencialmente permitir acomodar essa alternância de recursos e obviar a que o plano tenha que ser continuamente reajustado pelo membro do Governo. Naturalmente, não podem deixar de se verificar desvios no plano definido, dadas estas especificidades da IGF.

São todos estes motivos que estão na base dos desvios que seguidamente enunciamos:

DESVIOS NOS PROJETOS

Cod	Projeto	DU Insp Exec	DU Insp PA	Desvio (%)	Justificação de desvios
2	Controlo orçamental - Art 62º da Lei do Enquadramento Orçamental	1188	1391	-14,59	
10	Coordenação com a Comissão Europeia	141	200	-29,50	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
12	Controlo Fundos Estruturais - Autoridade de Auditoria 2007-2013	2391	2350	1,74	
13	Controlo Fundos Estruturais e Coesão - Organismo de Certificação	195	270	-27,78	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
20	Controlo da intervenção da administração tributária e avaliação da competitividade e justiça do sistema tributário	1276,5	1333	-4,24	
25	Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica	27,5	0	NA	

Cod	Projeto	DU Insp Exec	DU Insp PA	Desvio (%)	Justificação de desvios
26	Controlo da sustentabilidade da atividade empresarial local e das participações locais e dos interesses patrimoniais dos gestores	456	778	-41,39	
31	Controlo de grupos empresariais públicos e de grandes projetos públicos	402,5	800	-49,69	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
33	Supervisão e controlo tributário das SGPS e SGII	1386	1205	15,02	
35	Controlo financeiro das PPP e outros contratos de concessão da área do SEE	829	1102	-24,77	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
39	Controlo dos sistemas de combate ao incumprimento, fraude e evasão tributários	980,5	1352	-27,48	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
54	Controlo e avaliação do desempenho operacional dos serviços e organismos da Administração Tributária	596,5	995	-40,05	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
57	Controlo e avaliação da Qualidade da Despesa em Tecnologias e Sistemas de Informação da AP	1104,5	1265	-12,69	
60	Desenvolvimento de Capital Humano	1275,5	1131,5	-11,2	
61	Planeamento, relato e avaliação de desempenho	370,5	600	-38,25	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
62	Prospetiva, Inovação, Boas práticas e "intelligence"	80,5	68	18,38	
64	Cooperação e relações institucionais	159,5	29	450,00	
65	Organização e Gestão Internas	551	10	5410,00	
70	Ação investigatória e disciplinar	0	5	-100,00	
74	Controlo financeiro dos auxílios públicos - Administração Central do Estado	212	313	-32,27	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
88	Controlo financeiro da Administração Central do Estado em domínios transversais	1193,5	1273	-6,25	
92	Controlo da sustentabilidade do SEE	82,5	690	-88,04	Afetação a trabalhos não planeados que tiveram de ser realizados
99	Gestão de bases de dados de suporte à atividade de controlo	126	135	-6,67	
109	Controlo de áreas críticas da receita e despesa autárquica	100,5	44	128,41	Foram concluídas ações transitadas do ano anterior, às quais foi afeto mais tempo do que o inicialmente previsto
116	Apoio Técnico Especializado - Participações em Júris, Comissões, Grupos de Trabalho e Outros	30	0	NA	

Cod	Projeto	DU Insp Exec	DU Insp PA	Desvio (%)	Justificação de desvios
117	Apoio Técnico Especializado – Conselho Coordenador do SCI (Presidente)	62,5	85	-26,47	
119	Apoio Técnico Especializado - Fundos Comunitários	195,5	345	-43,33	Uma gestão mais eficaz dos recursos permitiu a economia de tempo, sem prejudicar os objetivos definidos para o projeto
120	Apoio Técnico Especializado - Outros apoios	21	0	NA	
121	Sistemas e Tecnologias de Informação da IGF	353,5	397	-10,96	
122	Apoio técnico especializado - Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria	212	63	236,51	
134	Avaliação das intervenções e entidades públicas - value for money, qualidade e pertinência	255,5	619	-58,72	Saída de recursos da IGF
137	Controlo do FEAGA e FEADER - Organismo de Certificação	961,5	830	15,84	
140	Apoio Técnico Especializado - Conselho de Prevenção da Corrupção	63,5	60	5,83	
142	Apoio Técnico especializado – Recursos Humanos da AP	56,5	230	-75,43	
152	Controlo das indemnizações compensatórias concedidas para a prestação de SIG/SIEG e de outros apoios financeiros	21,5	0	NA	Afetação a ações mais urgentes
153	Apoio técnico especializado no domínio tributário	23	35	-34,29	
154	Pareceres às contas e outros controlos específicos relativos a entidades de natureza empresarial	1517,5	664	128,54	Ações não planeadas às quais foi necessário afetar RH para as realizar em 2013.
155	Apoio Técnico Especializado - Conselho Coordenador do SCI (Secções Especializadas da Avaliação de Serviços e da Qualificação e Formação)	0	20	-100,00	
156	Apoio Técnico Especializado - Administração Central do Estado	300,5	73	311,64	
157	Redução da despesa em áreas sociais - Administração Central do Estado	951	1080	-11,94	
158	Apoio Técnico Especializado - Autárquico	63	0	NA	O projeto foi descontinuado em 2013. Todas as ações desenvolvidas neste âmbito estão incluídas no projeto 179
159	Controlo da Gestão e da Racionalização dos Recursos Humanos das Administrações Públicas	1155,5	1849	-37,51	Saída de recursos da IGF e reafetação prioritária a outras ações
161	Apoio Técnico Especializado - Tecnologias de Informação	27	110	-75,45	

Cod	Projeto	DU Insp Exec	DU Insp PA	Desvio (%)	Justificação de desvios
162	Apoio Técnico Especializado - Proteção dos Interesses Financeiros da EU	162	165	-1,82	
163	Apoio técnico Especializado - Sector Empresarial do Estado	1262,5	625	102,00	
164	Apoio Técnico especializado - SEL e gestores locais	106	3	3433,33	
165	Apoio Técnico Especializado no domínio da Avaliação	103	16	543,75	
166	Apoio Técnico Especializado - Jurídico	203	172	18,02	
167	Controlo financeiro específico no sector da saúde (melhoria da eficiência do SNS)	115	0	NA	Ações não planeadas às quais foi necessário afetar RH para as realizar em 2013.
168	Apoio Técnico Especializado - Gabinete do Inspetor-Geral de Finanças	278,5	178	56,46	
169	Controlo da aplicação das orientações estratégicas para as EP	226,5	395	-42,66	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
170	Controlo do sistema remuneratório dos efetivos da Administração Central do Estado	668	977	-31,63	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
171	Cooperação e apoio técnico especializado na UE e países limítrofes	97,5	110	-11,36	
172	Tutela das AL e entidades equiparadas	861	9	9466,67	A conclusão em 2013 de muitos relatórios ainda transitados da ex-IGAL justificou o aumento de recursos afetos a este projeto
173	Controlo do Urbanismo na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	867,5	1468	-40,91	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
175	Acompanhamento do sistema de controlo de compromissos e pagamentos em atraso	48,5	361	-86,57	Necessidade de deslocar RH para outros projetos.
176	Controlo dos compromissos financeiros / as dívidas vencidas há mais de 90 dias (Arrears)	279,5	0	NA	
177	Monitorização do programa de ajustamento económico financeira da Regiões Autónoma da Madeira	585	800	-26,88	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
178	Acompanhamento do memorando de entendimento com a Região Autónoma dos Açores	3	70	-95,71	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
179	Apoio Técnico Especializado - Tutela Administrativa das Autarquias Locais	1547	725	113,38	O elevado número de denúncias, participações e outros pedidos de apoio técnico justificou o desvio relativamente à previsão inicial
180	Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica - Norte e Centro	1735,5	299	480,43	O aumento dos recursos afetos a este projeto deve-se ao atraso na execução do PAEL
181	Controlo da execução do PAEL	0	2616	-100,00	A execução foi adiada, tendo em conta o atraso na aprovação dos

Cod	Projeto	DU Insp Exec	DU Insp PA	Desvio (%)	Justificação de desvios
					apoios aos municípios e consequente transferência e aplicação de verbas
182	Controlo do endividamento e da situação financeira na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	713,5	288	147,74	O aumento dos recursos afetos a este projeto deve-se ao atraso na execução do PAEL
183	Controlo dos recursos humanos na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	316,5	720	-56,04	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
184	Controlo dos recursos humanos na Administração Local Autárquica - Norte e Centro	579	574	0,87	
185	Controlo do Urbanismo na Administração Local Autárquica - Norte e Centro	514,5	646	-20,36	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
186	Controlo da Contratação Pública na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	611,5	1586	-61,44	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
187	Controlo da Contratação Pública na Administração Local Autárquica - Norte e Centro	519,5	1200	-56,71	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
189	Controlo financeiro das fundações (LQF - Lei nº 24/2012, de 9/jul)	413	539	-23,38	Saída de recursos da IGF e reafecção prioritária a outras ações
192	Criação das bases institucionais para a sustentabilidade das finanças públicas	266,5	0	NA	
193	Apoio Técnico Especializado – Comissão de Normalização Contabilística	24	0	NA	
194	Controlo Fundos Estruturais - Autoridade de Auditoria 2014-2020	53,5	0	NA	
197	Intervenções em áreas de risco - Administração Central do Estado	44	0	NA	

NOTAS:

- Os projetos 70, 155 e 181, com zero DUI (Dias Úteis de Inspeção) executados estão relacionados com adiamento de execução ou reajustamento de ações prioritárias a executar;
- Os projetos nºs 192 a 197 são novos, foram criados em 2013 e por isso não têm previsão no plano para esse ano;
- O tempo aplicado em projetos de Apoio Técnico Especializado depende das solicitações do Governo, não sendo possível planeá-lo.

4. Evolução e Controlo de Recursos

A IGF propôs-se atingir os resultados identificados no QUAR tendo como pressupostos de gestão a disponibilidade estimada de 211 recursos humanos (RH) e € 11.024.448 de recursos financeiros.

a. Evolução nos Recursos humanos

A capacidade de recursos humanos existente em 2013 foi inferior à prevista, como se observa no mapa seguinte:

CAPACIDADE EM RH PREVISTA E EXISTENTE EM 2013

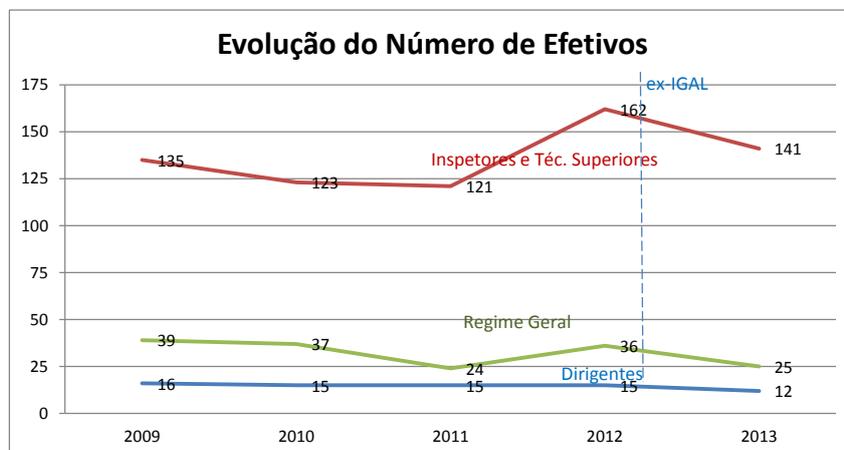
COD	Recursos Humanos	Pontuação Unitária	QT RH prevista para 2013	Pontuação Global em 2013	QT RH existente em 31 dez 2013	Pontuação Global em 2013
DS	Dirigentes - Direção superior	20	5	100	3	60
DI	Dirigentes - Direção intermédia	16	11	176	9	144
IF/CdE/TS	Inspetores e Técnicos Superiores	12 / 16	157	2004	141	1804
IN	Informática	9	3	27	3	27
CT	Coordenador Técnico	9	3	27	1	9
AT	Assistente Técnico	8	23	184	15	120
AO	Assistente Operacional	5	9	45	6	30
Totais			211	2563	178	2194
					-33	-369

Entre a capacidade planeada e a disponível (em 31 de dezembro de 2013) existe uma diferença de 369 pontos, em resultado da diferença negativa entre ingressos e saídas.

A pontuação global estimada foi de 2563 para um universo de 211 RH, tendo realizado quer a maior parte das atividades planeadas, quer as determinadas superiormente pelo membro do Governo, com uma pontuação global de 2194 pontos para um conjunto de 178 RH.

A grande movimentação de efetivos verificada nos últimos anos provocou instabilidade na operacionalidade e na especialização dos inspetores da IGF, tendo em conta as modificações de alinhamento que provocou na estrutura de competências profissionais dos inspetores.

Esta situação tem gerado dificuldades na gestão da intervenção da IGF no âmbito dos diferentes domínios, sobretudo nos que requerem mais especialização e maior experiência profissional dos inspetores.



Em termos de efetivos reais, verifica-se que em 2013 ocorreu uma redução líquida de 35 trabalhadores, dos quais: 3 dirigentes, 21 inspetores e 11 na área de suporte. As saídas de pessoal de suporte estão relacionadas com a entrada em funcionamento dos serviços comuns no Ministério das Finanças.

O custo global do dia útil de inspeção, considerando o orçamento de funcionamento executado, teve um aumento ligeiro passando de 261,71€ em 2012 para 289,09€ em 2013. Todavia, o custo hora foi reduzido pelo efeito do aumento para 8 horas de trabalho diário.

CUSTOS UNITÁRIOS EM DIA ÚTIL DE INSPEÇÃO

Descrição	2012	2013
Execução orçamental de funcionamento (A)	8.695.196,00 €	10.306.136,54 €
DUI Reais disponíveis no ano (B)	33.224,5	35.650,5
CGDUI sem AJCDE (A/B)	261,71 €	289,09 €

- a) Valor resultante do ingresso em fins de abril do ano de 2012 dos inspetores da ex-IGAL. Isto é, apesar de haver menos inspetores em 2013, temos mais dias úteis nesse ano porque os inspetores que vieram da ex-IGAL registaram dias úteis apenas durante oito meses em 2012, isto é, a partir de maio desse ano. A este facto acresce o aumento do horário de trabalho para 8 horas diárias.

À redução do número de efetivos acresce que o absentismo representou 1642 dias de ausência, correspondendo, na sua maioria, a faltas por motivo de doença do próprio ou de familiar.

Comparando o absentismo verificado em 2012 (2459 dias) com 2013 (1642 dias), observamos um decréscimo de 817 dias, o que representa uma evolução favorável de 5,5% para 4,4%, considerando os dias de absentismo e o total de dias úteis disponíveis no ano (210) para o número de RH existentes.

Por outro lado, a qualificação dos RH implicou em 2012 um total de 10 437 horas de formação, contemplando 826 horas de autoformação, tendo registado em 2013, 9523,5 horas de formação, incluindo 1603 horas de autoformação. O rácio de horas por RH traduziu-se num aumento passando de 49 horas em 2012 para 54 em 2013, refletindo as preocupações da IGF com a qualificação dos recursos humanos.

b. Evolução nos Recursos Financeiros

Como referido, a IGF estimou executar os objetivos, ao longo de 2013, com um orçamento de funcionamento no montante aproximado de M€ 11,4, vindo a gastar apenas M€ 10,7, situando-se a taxa de realização global em 93,79%.

Na sequência da centralização dos serviços comuns dos organismos do Ministério das Finanças, em 2013, a gestão financeira dos orçamentos da Inspeção-Geral de Finanças passou a ser assegurada pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

ORÇAMENTO PREVISTO, CORRIGIDO E EXECUTADO EM 2013

Orçamento de funcionamento:	Orçamento aprovado para 2013 (€)	Dotação corrigida para 2013 (€)	Execução (€)	Realização (%)
Agrup. 01 - Despesas com o pessoal	8.736.700	9.435.939	9.417.438	99,8
Agrup. 02.01 e 02.02 - Aquisição de bens e serviços	1.210.269	1.229.585	1.027.990	83,6
Agrup. 04 - Transferências	1.800	4.359	1.775	40,72
Agrup. 06 – Reserva	257.020	0	0	
Agrup. 07 - Despesas de capital	75.000	3.000	1.414	47,13
Orçamento de investimento:	743.866	703.019	220.867	31,42
Total	11.024.655	11.375.902	10.669.484	93,79

A execução do orçamento de investimento da IGF no exercício de 2013 contempla os projetos seguintes:

MEDIDAS E PROJETOS EXISTENTES EM 2013

Designação dos Projetos	Dotação inicial	Dotação corrigida	Execução	Desvio %
MEDIDA 001	196.463	163.281	63.906	39,14%
Projeto 3018 Racionalização das infraestruturas informáticas, de comunicação e segurança da IGF	159.708	133.327	60.542	45,41%
Projeto 4054 (1) Conservação das instalações e respetivo equipamento	10.000	8.718	0	0,00%
Projeto 9110 PRODER-AT no âmbito do QREN/FEADER - proj. apoio	26.755	21.236	3.363	15,84%
MEDIDA 065	547.403	507.751	156.962	30,91%
Projeto 5791 Assistência Técnica ao PO Espaço Atlântico	58.876	58.876	53.266	90,47%
Projeto 7952 POAT-AT no âmbito do QREN/FSE	151.966	149.042	25.142	16,87%
Projeto 8182 POAT-AT no âmbito do QREN/FEDER	242.335	237.469	64.456	27,14%
Projeto 8938 (2) POPH - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	8.568	8.251	0	0,00%
Projeto 9109 PRODER-AT no âmbito do QREN/FEADER	85.658	54.113	14.098	26,05%
TOTAL	743.866	671.032	220.867	32,91%

Obs: (1) A dotação disponível não foi utilizada porque era insuficiente para os objetivos previstos no projeto

(2) No ano de 2013 não foram abertas candidaturas para o projeto

A dotação corrigida de €11.375.902 superior à dotação inicial aprovada, resultou dos cativos da Lei do Orçamento de Estado (LOE), e do aumento do encargo da entidade patronal para a CGA. Foi necessário reforçar o agrupamento das despesas com pessoal através do reforço de €60.000 proveniente do Observatório do QREN. Também foi efetuado um reforço do orçamento através de um crédito especial no montante de €545.690 para o pagamento da renda das instalações da IGF do ano de 2013.

A IGF realizou 93,79% das dotações de despesa corrigida, tendo concretizado 32,91% das verbas previstas em investimento.

Enquanto entidade pública responsável pelo controlo estratégico em Portugal, incumbe à IGF entre outras atribuições o exercício das funções de autoridade de auditoria do QREN e de certificação de contas no âmbito do PRODER, o que concede à IGF o direito de beneficiar do

apoio de fundos comunitários associados aos programas que constituem a Medida 065 – Outras funções económicas – Diversas não especificadas (M065).

Esta medida teve uma execução financeira no montante de €156.962 que representa um grau de realização de 30,91%, face à dotação disponível de €507.751.

c. Sistema de avaliação do desempenho operacional (SIAD)

À semelhança de anos anteriores, os resultados são monitorizados ao longo do ano, através de um Sistema Informático, denominado Sistema de Avaliação do Desempenho (SIAD) criado especificamente para o efeito.

Este sistema permite a monitorização *just in time* dos resultados sobre os 7 indicadores QUAR, através da interoperabilidade de um vasto conjunto de dados que se exemplificam:

O domínio das ações (Controlo; Avaliação; Apoio Técnico Especializado ou Atividade Instrumental de Missão), o relacionamento com o Projeto e o seu horizonte temporal, o ciclo de realização, o cliente e o tipo de output

Dados gerais do QUAR	
Esta ficha pertence ao QUAR de	<input type="text"/>
Domínio da acção	Controlo
Dados da ficha de pontuação	
Processo/Produto	A8 - XXX
Processo (n.º SIGA)	2010/XX/XX/XX
Acção	2010/XX – Controlo de XXX
Projecto no plano de actividades	XX - Controlo de XXX
Horizonte temporal do projecto	<input checked="" type="radio"/> Plurianual <input type="radio"/> Anual
Orientador estratégico	
Ciclo de realização da acção	<input type="radio"/> Transitou <input checked="" type="radio"/> No exercício
Cliente	<input checked="" type="radio"/> Externo <input type="radio"/> Interno
Tipos de output	<input type="text" value="0"/> Relatório <input type="text" value="0"/> Informação Externa <input type="text" value="0"/> Informação Interna <input type="text" value="0"/> Estudo Prévio

O Diretor Operacional e a Equipa, bem como os dias úteis previstos para realizar a ação e os dias úteis reais afetos, bem como o computo dos dias transatos, caso a ação tenha transitado de um exercício anterior ao QUAR em execução

Direcção operacional e equipa			
Direcção operacional			
Ano	Director Operacional	Data In	Data fim
2010	XXX	15.01.2010	
Chefe de equipa			
João Cravina Bibe			
DUIs estimados para a equipa (PO)			
Ano	Nome	DUIs Estimados	
2010	XXX	2,0	
2010	XXX	5,0	
DUIs totais reais por ano			
Ano	Nome	DUIs Reais	
2010	XXX	4,0	

Para além da monitorização dos dados residentes no SIAD, o Comité de Qualidade, o qual é composto por 6 membros, sendo uns eleitos diretamente pelos Inspectores, outros designados pelo Inspetor-Geral e outros membros são ainda cooptados pelo próprio Comité, a funcionar desde 2008 com Regulamento próprio aprovado por despacho do Inspetor-Geral e publicitado na intranet, analisou, à semelhança dos anos anteriores, um vasto conjunto de ações de controlo, avaliação e apoio técnico especializado, cuja qualidade média foi superior a 7,6 pontos, e um outro grupo de ações selecionadas por amostra.

Os pontos gerados quer na qualidade, quer na criação de valor para o cliente, foram, assim, submetidos à apreciação e validação dos pressupostos de qualidade de referência e ao rigor da pontuação atribuída nas participações financeiras, conhecimento gerado e soluções apresentadas.

Pontuação parcelar

	Pontuação estimada	Soma do n.º de situações pontuadas	Soma do n.º de pontos obtidos
1. Valor financeiro das recomendações e propostas	0	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
2. Valor financeiro das participações	0	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
3. Conhecimento gerado	6	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
4. Soluções geradas	0	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
5. Qualidade da acção	7,00	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>

Os outputs concluídos (relatório; informação externa; informação interna, ofício; ou outro) constam também do Sistema

Documentos registados no OWNET					
Tipo Doc.	Ano Reg.	Num. Doc.	Data Reg.	Livro	IDAccaoOWNET
Ofício	2011	1507	25.05.2011	SG2011	50066
Informação Interna	2011	495	12.04.2011	PG2011	50066
Ofício	2011	1401	18.03.2011	EG2011	50066
Ofício	2011	631	28.02.2011	SG2011	50066
Ofício	2011	271	21.01.2011	EG2011	50066

A IGF procedeu também à **elaboração e apresentação**, nos prazos indicados, **de todos os relatórios de monitorização de QUAR requeridos pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARl) do Ministério das Finanças.**

5. Apreciação da quantidade e qualidade pelos utilizadores

A satisfação do cliente (Ministro das Finanças e membros do Governo) e dos destinatários (entidades auditadas) relativamente aos produtos da intervenção da IGF manifestou-se de múltiplas formas, das quais destacamos as seguintes:

a. Portugal é um dos Estados «com Melhor Reputação na Execução e Controle dos Fundos Europeus»

Fonte: <http://www.portugal.gov.pt>, - 2014-02-18 Às 12:53

“... Portugal é um dos Estados «com melhor reputação na execução e controle dos fundos europeus», afirmou o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro na conferência organizada pelo The Economist, intitulada «As perspetivas para o crescimento económico e reformas», em Cascais, acrescentando que o País «nunca teve de devolver fundos».

“... Somos um dos dois únicos Estados Europeus que beneficia de um contrato de confiança da União Europeia”

b. Gabinete do Ministro do Adjunto e do Desenvolvimento Regional

From: Elisabete Quintas <elisabete.quintas@madr.gov.pt>
Sent: sexta-feira, 2 de Agosto de 2013 17:33
To: Jose Antonio Viegas Ribeiro
Cc: Jose Maria Leite Martins; Carlos Fernando Calhau Trigacheiro; Pedro Correia Gonçalves
Subject: RE: Estatutos e Diploma

Caro Dr. Viegas Ribeiro

Estamos muito gratos pela vossa rapidíssima reação e por toda a excelente colaboração.
... Reitero-vos os nossos agradecimentos ...

Com muita estima
Elisabete

Elisabete Quintas
Assessora
Gabinete do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2 - 8º
1399-022 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 392 77 85
FAX + 351 21 392 78 60
elisabete.quintas@madr.gov.pt

c. Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

From: Pedro Correia Gonçalves <pedro.correia.goncalves@madr.gov.pt>
Sent: sexta-feira, 2 de Agosto de 2013 17:49
To: Jose Antonio Viegas Ribeiro
Cc: Elisabete Quintas
Subject: RE: Estatutos e Diploma

Caro Dr. Viegas Ribeiro,
Gostaria de associar-me à Dr.ª Elisabete Quintas e reiterar os nossos agradecimentos pela profícua colaboração.

...

Atenciosamente,

Pedro Correia Gonçalves
Chefe do Gabinete

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2
1399-022 Lisboa, PORTUGAL
www.portugal.gov.pt

d. Secretário de Estado da Saúde

From: Manuel Teixeira [mailto:manuel.teixeira@ms.gov.pt]

Sent: terça-feira, 31 de Dezembro de 2013 11:29

To: Paulo Vasconcelos

Cc: Fernando Lobo do Vale; Ana Margarida Fernandes; João Carvalho das Neves; Manuel Teixeira

Subject: Re: PERD 2013 (432 mio)

Bom dia. O meu agradecimento pessoal à equipa da IGF e da ACSS pelo sucesso da operação de regularização de dívida.

Votos de bom ano

Manuel Teixeira

Enviado do meu iPhone

No dia 31/12/2013, às 11:12, "Paulo Vasconcelos" <pvasconcelos@acss.min-saude.pt> escreveu:

Estamos hoje a proceder ao pagamento de cerca de 100 milhões de euros no âmbito do PERD 2013, ficando por pagar apenas o saldo remanescente de 8 milhões de euros, que terá de ser realocado a outros EPEs.

Venho agradecer a vossa habitual e excelente colaboração neste processo.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho realizado, com sucesso. Naturalmente extensível a toda a equipe que colaborou no processo.

Aproveito a oportunidade para lhes desejar um feliz ano de 2014 para vocês e respetivas famílias.

Atenciosamente

Paulo Vasconcelos

Conselho Diretivo

Av. João Crisóstomo nº 11 - 1000-177 Lisboa | PORTUGAL Telefone Geral:

(+)351 21 792 55 26 | FAX: (+)351 21 792 58 48 www.acss.min-saude.pt

e. Ministério da Administração Interna

From: Ricardo Carrilho [mailto:ricardo.carrilho@dgai.mai.gov.pt]

Sent: terça-feira, 11 de Março de 2014 11:54

To: Joao Capela Borralho

Cc: Carlos Fernando Calhau Trigacheiro; Teresa Ribeiro; Raquel Poucochinho

Subject: Programa Quadro SOLID - Reunião com a Comissão Europeia referente às correções financeiras aos PAs 2007 a 2010

Exmo. Sr. Dr. João Borralho,

A título formal, cumprirá transmitir a V.Exa., bem como à Inspeção Geral de Finanças, o sincero reconhecimento e agradecimento desta Direção-Geral de Administração Interna pela cooperação e colaboração demonstradas pelo Dr. João Borralho na melhor defesa do Estado Português na reunião ontem mantida com a Comissão Europeia.

Tendo-se tratado de uma reunião que, todos esperamos, deverá marcar o início de uma nova fase na implementação do Programa Quadro em apreço, estou certo que tal não teria sido possível sem a preciosa ajuda de V.Exa., que uma vez mais cumpre agradecer.

Permanecendo à inteira disposição,

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo Carrilho

Diretor da Área de Relações Internacionais

Direção-Geral Administração Interna

Ministério da Administração Interna

Av. D. Carlos I, 134; 1249-104 Lisboa; Portugal

Tel.: + (351) 21 394 71 00

Fax: + (351) 21 390 92 64

E-mail: ricardo.carrilho@dgai.mai.gov.pt

www.dgai.mai.gov.pt

f. Comissão Europeia

From: Evelina.MARINOVA@ec.europa.eu

Sent: segunda-feira, 17 de Março de 2014 09:39

To: Jose Antonio Viegas Ribeiro

Cc: Inspeção-Geral de Finanças; Carlos Fernando Calhau Trigacheiro; Teresa Curto Silva

Subject: RE: PT03-Clearance of accounts FY2013_IFAP - Processo nº 2014/137/N2/490

Estimados colegas,

Obrigada pela útil informação. Também queria usar esta oportunidade de vos agradecer pelo todo o vosso trabalho e dedicação durante este apuramento das contas anuais do IFAP para o ano 2013.

Uma boa semana a todos

EVELINA MARINOVA

External auditor



European Commission

DG Agriculture and Rural Development

Unit J.5 – Financial audit

g. Fundação para as Comunicações Móveis



**Exma. Senhora
Dra. Cristina Ribeiro
Digma. Subinspetora-geral
Inspeção-Geral de Finanças
Ministério das Finanças
Rua Angelina Vidal, n.º 41
1199-005 Lisboa**

N/Ref.: FCM-210/2013 **Data:** 23.12.2013 **V/Ref.:** Proc. N.º 2013/189/A3/1494 **Data:** 16.07.2013

Assunto: Auditoria à FCM - Fundação para as Comunicações Móveis.
Programa e Escola.

Exma. Senhora Subinspetora-geral,

A FCM – FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MÓVEIS, tendo sido notificada do teor do projeto de relatório emitido no âmbito da auditoria referida em epígrafe, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 20.º do Regulamento do Procedimento de Inspeção da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), aprovado pelo Despacho n.º 6387/2010, de 5 de abril, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, pronunciar-se sobre o mesmo nos termos que se seguem.

1. **Importa, previamente, registar a excelente colaboração mantida com a equipa de inspetores e agradecer a profundidade da análise levada a cabo pela equipa da IGF no âmbito da ação de inspeção realizada.**

h. Direção-Geral do Consumidor



Comentários da Direção-Geral do Consumidor

- Contraditório institucional ao processo de orçamentação (Proc. n.º 2012/88/A2/1301) -

Com referência ao projeto de relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças acima identificado, a Direção-Geral do Consumidor vem apresentar um comentário de caráter geral e algumas sugestões de caráter específico que pretendem ajudar a precisar aspetos pontuais referidos no documento.

A Direção-Geral do Consumidor considera que a apreciação efetuada pela Inspeção-Geral de Finanças é correta e está devidamente fundamentada, concordando com o teor dessa avaliação e pretendendo aproveitar as recomendações apresentadas para melhorar a elaboração de documentos estratégicos fundamentais relativos ao exercício da sua atividade como o orçamento (na parte que lhe compete), o plano de atividades e o relatório de atividades e ainda para corrigir os pontos que foram devidamente identificados.

Nesse sentido, a auditoria em questão constitui um contributo importante para uma melhor organização interna desta Direção-Geral. No entanto, como resulta claro deste projeto de relatório, a

i. Município da Marinha Grande

Município da Marinha Grande
Câmara Municipal



Exmº Senhor
Director Dr. Henrique Polaco
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA

Registado com A/R

Sua Refº	Nossa Refº	Data	Ofício nº
	DFTI	14.03.2014	864

Assunto : Regime Jurídico da Publicitação das Subvenções Públicas – Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto. Agradecimento

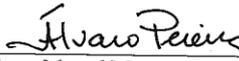
Exmº Senhor,

No seguimento do nosso ofício nº 347, de 14-01-2014, cumpre informar V.Exª que a conclusão do preenchimento do formulário electrónico, que reporta à IGF a informação relativa a subvenções e benefícios públicos concedidos no ano de 2013, nos termos da Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto e do Despacho nº 1169/2014, de 24-01-2014, só foi possível em 10-03-2014.

Gostaríamos de agradecer toda a colaboração e compreensão demonstrada pelos técnicos e colaboradores da IGF, especialmente na pessoa do Sr. Luís Caramujo, na prestação de toda a informação e esclarecimentos relativos a todo este processo.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara


(Álvaro Manuel Marques Pereira)

